

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15971 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

A Atualidade de “Os Herdeiros” 60 Anos depois e a Justiça como Equidade: Bourdieu, Rawls e a Crítica à Meritocracia na Educação

Marcos Rohling - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Luciane Hinterholz - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

A ATUALIDADE DE “OS HERDEIROS” 60 ANOS DEPOIS E A JUSTIÇA COMO EQUIDADE: BOURDIEU, RAWLS E A CRÍTICA À MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO

RESUMO: Pretende-se, neste trabalho, fazer uma articulação em torno da crítica à meritocracia na educação a partir das teses clássicas da sociologia da educação, de Bourdieu e Passeron, tal como expressas em *Os Herdeiros*, de 1964, e *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls, que é uma obra seminal da filosofia política. Para atingir tal fim, o texto será organizado em três partes, vale dizer: na primeira parte, retomam-se as ideias fundamentais apresentadas em *Os Herdeiros*, concernentes à meritocracia; na segunda parte, retoma-se a crítica da parte de Rawls à meritocracia enquanto critério distributivo; na terceira parte, finalmente, articulam-se estes elementos, oriundos da sociologia da educação e das teorias da justiça, para apresentar a crítica ao mérito no âmbito da educação que leve em conta as considerações destes autores.

PALAVRAS-CHAVE: Bourdieu; Rawls; meritocracia; Os Herdeiros; Uma Teoria da Justiça.

Em um sistema social onde as oportunidades apresentam-se ao ritmo da sorte, a meritocracia surge como uma compassada melodia de justiça, prometendo a cada um o palco que seus esforços merecem. Os conceitos teóricos de Bourdieu e Rawls oferecem perspectivas relevantes sobre a temática que ganha evidência em discussões no campo da sociologia e filosofia. Esse estudo aborda a temática da meritocracia por meio dos conceitos teóricos de Bourdieu e Rawls, considerando-as como instrumentos teóricos para uma análise crítica sobre a meritocracia no contexto educacional. Enquanto Bourdieu debate a meritocracia a partir da análise das estruturas sociais e da reprodução das desigualdades, Rawls discute a questão a partir da justiça distributiva e dos princípios de equidade. Ambas teorias respectivamente ofertam considerações significativas sobre a meritocracia. Sem assim, o problema do presente texto visa considera-las como lentes teóricas contra a meritocracia escolar.

De posse disso, pode-se dizer que o tema central deste texto se volta à crítica à meritocracia presente nas teorias de Bourdieu e de Rawls. Particularmente, tem-se em conta que as teorias sociológica e filosófica de Bourdieu e Rawls, oriundas respectivamente de *Os Herdeiros* e de *Uma Teoria da Justiça*, ofertam considerações relevantes sobre a meritocracia. Em vista disso, o problema do presente texto é considerá-las como possibilitando uma lente teórica voltada à crítica à meritocracia no âmbito da educação. Sendo esse o caso, objetiva-se primariamente discutir a meritocracia nas teorias de Bourdieu e de Rawls, apontando seus desdobramentos para a educação. Especificamente, intenta-se (a) problematizar as críticas à

meritocracia por parte de Bourdieu e de Rawls, no contexto da sociologia e da filosofia; e (b) promover uma articulação dessas duas concepções teóricas, quanto à meritocracia, bem como apontar seus desdobramentos, de modo conjugado, para a educação. Além disso, vale ter em conta que a metodologia que ampara este trabalho é a análise bibliográfica que, consoante o que descrevem Ludke e André (2015, p. 14), é um tipo de pesquisa qualitativa, a partir de um material bibliográfico que resulta, por sua vez, já alguma forma de análise, cuja expressão se dá, particularmente, na forma de livros e artigos. Este método permite uma investigação profunda das teorias de Bourdieu e Rawls, promovendo uma compreensão crítica das suas implicações para a meritocracia na educação.

As discussões sobre a meritocracia tem como marco teórico a obra *The Rise of Meritocracy* (2008), do sociólogo inglês Michael Young, publicada em 1957. Neste livro, que busca narrar a formação de uma sociedade estritamente meritocrática, Young explica que a lógica que a sustenta é a de que a inteligência mais o esforço resulta no mérito. Essa ideia se mostra atraente e, no que refere ao senso comum, não é difícil encontrar defensores nas mais variadas esferas da experiência humana. Ainda que seja assim, dois dos principais teóricos contemporâneos – Bourdieu, na sociologia, e Rawls, na filosofia – posicionaram-se contra: o primeiro apontando e descrevendo que as relações educacionais reproduzem as desigualdades anteriores ao mundo escolar canceladas pelo mérito, descrevendo que a meritocracia vai além das simples conquistas individuais, sendo influenciada por fatores como a educação e a cultura de origem; e o segundo que o mérito não pode ser um critério distributivo moralmente aceitável, uma vez que as habilidades, potencialidades, ou os talentos naturais, não estão na ordem do merecimento, mas são acasos da natureza. Nesse contexto, a discussão sobre a relação entre meritocracia, educação e igualdade de oportunidades entre os agentes do campo educacional se torna essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e possíveis transformações em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sobre Bourdieu, na obra que escreveu conjuntamente com Passeron, *Os Herdeiros*, publicada originalmente em 1964, observa-se que empreendeu uma poderosa crítica ao sistema de ensino francês, desde a educação básica até o acesso ao ensino superior, desvelando a ideologia meritocrática legitimando as desigualdades que caracterizavam a educação francesa. Nesta obra, o sociólogo buscou desconstruir a ideia da escola francesa republicana libertadora, que seria um instrumento político de democratização e de promoção da mobilidade social, com base na sua perspectiva sociológica inovadora. De fato, sob a defesa do mérito, revelou-se que o sistema de ensino francês agia de modo a perpetuar as desigualdades nos processos de escolarização através dos instrumentos e recursos pedagógicos e avaliativos, os quais, por sua vez, transformavam privilégios sociais em méritos, dons e talentos individuais.

Com efeito, ao preceder desse modo, a escola legitimava os diversos modos de desigualdades, oriundos das diferentes formas de relacionamentos prévios com a cultura, de forma a reproduzir e a reforçar tais desigualdades de origem social. Como explica Valle,

O que Pierre Bourdieu observa na França é um processo ativo e intenso de reconversão de capitais, notadamente dos capitais econômico e cultural, entre outros capitais (social, simbólico, escolar, técnico), procedimento este que permite assegurar e/ou melhorar a posição social de origem e que, graças às trajetórias sociais e escolares geradoras de disposições específicas, define modos de pensar, exprimir, agir e julgar de uma classe ou campo [...]. O que este autor constata nos seus diversos estudos é o papel do Estado – e a ambiguidade intrínseca do seu funcionamento – na produção de mecanismos de conservação social e de perpetuação dos privilégios das classes dominantes. É por meio da mobilização de suas instituições, particularmente a Escola e a Universidade (instituições postas a serviço dos *herdeiros*), que o Estado torna factível a reconversão, nunca automática, do capital cultural herdado em capital escolar (Valle, 2015, p. 124).

Esse modo de compreender a dinâmica da escola e as demais instituições de ensino, baseada na concepção meritocrática, revelam que a herança cultural exerce um papel significativo na reprodução social. Ora, a desigualdade de acesso dos estudantes ao ensino superior estaria, dessa feita, associada às origens sociais, o que indica que as escolas têm um papel importante na reprodução das desigualdades sociais: a ênfase nos dons e nos talentos como elementos explicativos para o êxito e o mérito acadêmico encobria a reprodução das desigualdades que é radicada na forma prévia como cada estudante lida com a cultura (Rohling; Valle, 2016, p. 388-92). É isso que Bourdieu e Passeron (2014a, p. 27) apontam: “De todos os fatores de diferenciação, a origem social é sem dúvida aquele cuja influência exerce-se mais fortemente sobre o meio estudantil [...]”, definindo chances e oportunidades significativamente diferentes.

Já Rawls refere-se à meritocracia no contexto da teoria da justiça como equidade, que é voltada, como uma concepção de justiça social, à distribuição de bens sociais fundamentais, conhecidos como os bens sociais primários, os quais são necessários para a realização de quaisquer projetos no interior de uma sociedade. De acordo com Rawls, o mérito moral não pode ser um critério aceitável para a distribuição desses bens, pois as pessoas não são merecedoras dos talentos e aptidões que têm. Para Rawls, todos os talentos e aptidões resultam, de algum modo, das contingências. Propriamente, referindo-se à distribuição natural de talentos, no que chama de loteria natural, Rawls diz:

A distribuição não é justa nem injusta; nem é injusto que se nasça em determinada posição social. Isso são meros fatos naturais. Justo ou injusto é o modo como as instituições lidam com esses fatos. [...] Os dois princípios são um modo equitativo de enfrentar a arbitrariedade da sorte; e, por mais imperfeitas que possam ser em outros aspectos, as instituições que atendem a esses princípios são justas (Rawls, 2009, p. 122).

No mesmo sentido, Van Parijs explica que “os talentos inatos não são merecidos por aqueles que com eles são dotados, e constituem, por isso mesmo, um fator de desigualdade moralmente arbitrário” (Van Parijs, 1997, p. 168), de tal modo que “ninguém merece sua

maior capacidade natural nem um ponto de partida mais favorável na sociedade” (Rawls, 2009, p. 121).

Por isso, Rawls afirma que questões desse tipo não podem ficar ao sabor da sorte e da natureza. Ao contrário, devem ser resolvidas pelas principais instituições da sociedade, entre as quais se pode dizer que a escola se encontra. De forma simples, Rawls aponta que o segundo princípio de justiça (que se divide em dois: princípio da igualdade equitativa de oportunidades e o princípio da diferença) daria conta de resolver essas questões. No que se refere à educação, isso significa dizer que a rejeição do mérito se refere ao entendimento de que os indivíduos não são merecedores dos seus talentos inatos ou sociais com os quais são dotados, de tal modo que a escola deve trabalhar para diminuir as injustiças e desigualdades sociais (Rohling; Valle, 2016).

Bourdieu e Rawls são dois autores distintos com preocupações teóricas razoavelmente distantes. No entanto, há uma preocupação comum que os une: as desigualdades sociais. A meritocracia, como discurso e como prática no interior das instituições de ensino, promove desigualdades e injustiças sociais. Como resultado, entende-se que as duas perspectivas podem ser articuladas, de modo a afirmar, de um lado, a partir da sociologia, que os sistemas de ensino, sob a premissa do mérito, propagam desigualdades e injustiças e, de outro lado, desde a filosofia da justiça, que as instituições devem ser governadas por princípios de justiça que honrem a dignidade humana.

A teoria sociológica de Bourdieu dá conta de apontar para os modos mediante os quais as injustiças são incorporadas pelas escolas e instituições de ensino superior, advogando que resultam do mérito. Rawls justifica a razão de o mérito não ser um fator distributivo satisfatório em razão das contingências dos indivíduos, devendo os princípios de justiça dar conta da promoção da justiça nos termos da equidade. A rejeição ao mérito é, assim, um aspecto que os vincula e que, no quadro da educação, oferece importantes bases para a sua rejeição como discurso e como prática.

A escola, enquanto instituição de justiça, pode ser analisada à luz dos conceitos sociológicos de Bourdieu e da justiça equitativa por Rawls, oferecendo uma perspectiva crítica e normativa sobre seu papel na sociedade. Para Bourdieu, a escola, mesmo sendo principal elemento de transformação social, reforça as desigualdades existentes ao favorecer através de seu currículo, aqueles que já possuem o capital cultural valorizado pelo sistema educacional. Bourdieu contribui para essa compreensão ao nos esclarecer que “o sistema escolar mascara as desigualdades de origem ao transformar a herança cultural em dom natural” (Bourdieu, 2017, p. 412).

A partir dos entendimentos anteriormente descritos, evidencia-se que a escola justa para Bourdieu, considera e respeita a diversidade de capitais culturais, oportunizando um ambiente onde seus agentes, independentemente da origem social, tenham as mesmas oportunidades. Já para Rawls, “uma sociedade bem-ordenada é aquela em que todos aceitam

e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, e as instituições sociais basicamente satisfazem esses princípios” (Rawls, 2009, p. 4).

Diante da análise pregressa, pode-se dizer que a escola é reconhecida como uma instituição fundamental seja para a integração social, seja para a promoção da justiça. Vale ter em conta que, de acordo com Bourdieu, “o sucesso escolar dos filhos das classes superiores se deve, em grande parte, ao fato de que a cultura transmitida pela escola é, em grande medida, a cultura dessas mesmas classes superiores” (Bourdieu; Passeron, 2014b, p. 14), ou seja, tais circunstâncias favorecem a perpetuação da estrutura social existente nas instituições educacionais.

O que se percebe é que o diagnóstico crítico de Bourdieu, lido em conjunto com a teoria de Rawls, oferece um sentido para a promoção da justiça, nos termos da justiça como equidade, pois é a partir dela que a garantia de igualdade e acesso às oportunidades de conhecimento são efetivadas por meio de políticas que beneficiem os menos favorecidos e promovam a distribuição da liberdade igual, da igualdade equitativa de oportunidades educacionais. E, sendo assim, a escola justa, resultante da crítica sociológica à meritocracia na educação, não apenas reconhece e atua para superar as barreiras impostas pelas desigualdades sociais, mas proporciona condições que assegurem a igualdade de oportunidades para todos os agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Os Herdeiros**: os Estudantes e a Cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014a.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: Crítica Social do Julgamento. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2015.
- RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- ROHLING, M.; VALLE, I. R. Princípios de Justiça e Justiça Escolar: a Educação Multicultural e a Equidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, p. 386-409, 2016.
- VALLE, I. R. Da Meritocracia Escolar Financiada pela Família à Meritocracia Escolar Promovida pelo Estado: a Igualdade de Oportunidades Progride a Passo. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 8, p. 121-132, 2015.
- VAN PARIJS, P. **O que é uma Sociedade Justa?** São Paulo: Ática, 1997.
- YOUNG, M. **The Rise of Meritocracy**. New Jersey: Transaction Publishers, 2008.